



UMA METODOLOGIA PARA COMPATIBILIZAR A LINGUAGEM ESPECIALIZADA DO DIREITO COM A LINGUAGEM SIMPLES NOS PRODUTOS E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO JURÍDICA

*A METHODOLOGY TO RECONCILE THE SPECIALIZED LANGUAGE OF LAW
WITH PLAIN LANGUAGE IN LEGAL INFORMATION PRODUCTS AND SERVICES*

Keila Mara Lara Rosado¹

Universidade Federal de Minas Gerais

Célia da Consolação Dias²

Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO

Resumo informativo de uma tese de doutorado em andamento no curso de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento da Universidade Federal de Minas Gerais. A tese aborda os movimentos de inovação *Plain Language* (Linguagem Simples), *Legal Design* e *Visual Law*, analisando a relevância social de seus princípios e suas aplicabilidades no campo de Organização e Representação do Conhecimento (ORC). O objetivo da tese é propor uma metodologia para compatibilizar a linguagem da especialidade do Direito com a linguagem simples nos produtos e serviços de informação jurídica. Adicionalmente, busca-se identificar as contribuições dessa compatibilização para os cidadãos e para a ORC. O problema de pesquisa é traduzido pelas seguintes questões: “É possível compatibilizar a linguagem da especialidade do Direito com a linguagem simples e utilizá-la nos produtos e serviços de informação jurídica? Quais contribuições dessa compatibilização para os cidadãos e para a ORC?”. Com abordagem qualitativa, descritiva, exploratória e empírica, a metodologia adotada é o *Design Thinking*. Os resultados indicam que a metodologia proposta pode ser aplicada, com adaptações, a outros domínios do conhecimento. Além disso, a pesquisa oferece contribuições e abordagens inovadoras à ORC, pois discute teorias e metodologias ainda incipientes nessa área.

Palavras-Chave: Compatibilização de linguagens; Inovação; Linguagem jurídica; Informação jurídica.

ABSTRACT

Informative summary of an ongoing doctoral thesis in the Postgraduate Program in Knowledge Management and Organization at the Federal University of Minas Gerais. The thesis focuses on the innovation movements of Plain Language, Legal Design, and Visual Law, analyzing the social relevance of their principles and their applicability in the field of Knowledge Organization and Representation (KOR). The objective of the thesis is to propose

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9962-6502>. E-mail: keilamrosado@gmail.com.

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0891-6454>. E-mail: celiadidas@gmail.com.

a methodology to reconcile the specialized language of Law with plain language in legal information products and services. Additionally, it aims to identify the contributions of this reconciliation for citizens and KOR. The research problem is translated into the following questions: "Is it possible to reconcile the specialized language of Law with plain language and use it in legal information products and services? What are the contributions of this reconciliation for citizens and for the KOR?" Using a qualitative, descriptive, exploratory, and empirical approach, the adopted methodology is Design Thinking. The results indicate that the proposed methodology can be applied, with adaptations, to other knowledge domains. Furthermore, the research offers innovative contributions and approaches to KOR by discussing theories and methodologies that are still in their early stages in this field.

Keywords: Language compatibility; Innovation; Legal language; Legal information

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa refere-se ao resumo informativo de uma tese de doutorado em andamento no curso de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento da Universidade Federal de Minas Gerais. A tese aborda os movimentos de inovação no domínio jurídico denominados *Plain Language* (Linguagem Simples)³, *Legal Design* e *Visual Law*, analisando a relevância social de seus princípios e suas aplicabilidades na área de Organização e Representação do Conhecimento (ORC), subárea da Ciência da Informação (CI).

Esses movimentos, em síntese, recomendam a inovação na forma de produzir e comunicar o documento, a informação, a linguagem e o conhecimento jurídicos. E, inovar é o ato de colocar em prática ideias que sejam funcionais e novas em um ambiente específico (EUROPEAN COMMISSION, 2013; SANO, 2020).

O ramo do Direito produz grande quantidade de informação de interesse social. Com isso, a tradição de limitar o compartilhamento dessas informações somente entre os especialistas jurídicos vem cedendo espaço para um cenário que privilegia o acesso democrático, em que todos os cidadãos, independente se são ou não especialistas, podem acessar e compreender as informações da área especializada. Os movimentos internacionais de inovação se consolidaram nesse contexto de valorização das linguagens mais compreensíveis ao público geral, não especialista, e de transformação digital.

³ Neste estudo, a expressão "Linguagem Simples", com iniciais maiúsculas, é utilizada em referência ao movimento internacional. A expressão "linguagem simples", com iniciais minúsculas, é utilizada ao se referir ao estilo de escrita simples, não técnica. O movimento "Linguagem Simples" é o único entre os três movimentos internacionais de inovação discutidos neste estudo que recebeu tradução oficial para a língua portuguesa, o que motivou seu uso nesse idioma, evitando-se o estrangeirismo.

Assim, torna-se imprescindível a compatibilização da linguagem técnica, especializada, com a linguagem não especialista na estrutura dos produtos e serviços jurídicos, uma vez que se trata de uma área que, tradicionalmente, utiliza linguagem de difícil entendimento ao público não especialista. Nesse contexto, o foco da pesquisa de doutorado é viabilizar a compatibilização entre esses dois tipos linguagens para promover o acesso à informação jurídica e à justiça para um público mais amplo.

O objetivo geral da tese é propor uma metodologia para compatibilizar a linguagem da especialidade do Direito com a linguagem do usuário não especialista, usando linguagem simples para definir os termos e conceitos que estruturam os produtos e serviços de informação jurídica. Além disso, objetiva-se identificar as contribuições dessa compatibilização para os cidadãos e para a ORC.

Com a finalidade de alcançar o objetivo do estudo, estabeleceram-se as seguintes questões de pesquisa: *“É possível compatibilizar a linguagem da especialidade do Direito com a linguagem simples e utilizá-la nos produtos e serviços de informação jurídica? Quais contribuições dessa compatibilização para os cidadãos e para a ORC?”*.

Como forma de responder às questões de pesquisa e, ainda, atender ao objetivo geral da pesquisa, estabeleceram-se seis objetivos específicos para a tese em desenvolvimento: 1) contextualizar a ORC, bem como sua função no ambiente de inovação da área jurídica; 2) definir e contextualizar os domínios da Linguística e da Terminologia e suas relações e aplicações na ORC, especialmente nas práticas da Linguística Documentária; 3) conceituar e caracterizar os movimentos internacionais de inovação da informação e linguagem jurídicas denominados Linguagem Simples, *Legal Design* e *Visual Law*, relacionando-os com os princípios de acesso à informação e à justiça; 4) investigar teorias e metodologias para compatibilizar a linguagem especializada com a linguagem não especializada na área de ORC, tendo como referência a estrutura conceitual; 5) estabelecer uma metodologia, centrada nos usuários, para definir termos e conceitos utilizando linguagem não especializada nos produtos e serviços de informação jurídica; 6) aplicar a metodologia proposta, utilizando a estrutura conceitual das TUCNMP para testar (validar) a viabilidade prática do estudo.

Para demonstrar empiricamente a metodologia proposta, optou-se por utilizar as Tabelas Unificadas do Conselho Nacional do Ministério Público (TUCNMP) como objeto de estudo, incluindo em sua estrutura definições de termos e conceitos escritas com linguagem compreensível. As TUCNMP são um Sistema de Organização do Conhecimento (SOC) criado para padronizar a terminologia utilizada nos diversos ramos do Ministério Público brasileiro para organizar e representar o conhecimento produzido por esses órgãos. Esse sistema foi escolhido por conter em sua estrutura uma linguagem notadamente técnica e especializada, de difícil compreensão para o público não jurista.

Apresentada a introdução do projeto, a seção seguinte descreveo resumo da metodologia.

2 METODOLOGIA

A pesquisa possui abordagem qualitativa, caráter descritivo, exploratório e empírico, cuja principal metodologia adotada é o *Design Thinking* (DT). Trata-se de uma abordagem sistêmica de solução de problemas (LIEDTKA; OGILVIE, 2019), ou metodologia, bastante difundida e utilizada nas últimas décadas, em especial nos projetos de Linguagem Simples, *Legal Design* e *Visual Law*- e nos laboratórios de inovação de todo o mundo.

A metodologia DT é indicada nos processos e projetos cujos objetivos sejam solucionar problemas relacionados aos seres humanos. Ela pode ser utilizada para resolver desafios em produtos, programas, ambientes, serviços e sistemas (IDEO, 2017). Aplicar a DT fora da área de atuação dos *designers* pode disseminar a cultura de busca por soluções inovadoras, transcendendo à prática de identificar problemas ou de críticas às ideias que não se mostram eficientes e satisfatórias já na primeira tentativa de criação (BROWN, 2018; 2020).

Optou-se pela DT para o desenvolvimento da tese por considerá-la pertinente ao objeto do estudo, tendo em vista que o fato gerador do problema investigado envolve pessoas: é necessário unir a pesquisa científica com as necessidades e o ponto de vista dos cidadãos não juristas e potenciais usuários dos serviços jurídicos. O percurso metodológico da pesquisa foi subdividido em cinco fases, sendo a primeira a de levantamento exploratório preliminar e as quatro subsequentes indicadas especificamente na DT: imersão, ideação, prototipagem e implementação.

A fase de levantamento exploratório inicial objetivou conhecer o estado da arte das temáticas centrais que se pretendia investigar para confirmar a necessidade e a pertinência da investigação na área da ORC. Além disso, esta etapa permitiu identificar e definir o referencial teórico e metodológico inicial da pesquisa. Na fase da imersão buscou-se conhecer de forma profunda o contexto e o ambiente de aplicação da pesquisa e o perfil das pessoas envolvidas (*personas*), com vistas a definir o problema de pesquisa, a justificativa, o objetivo geral e os específicos. Nessa fase consolidou-se, também, o referencial teórico e metodológico e elaborou-se a revisão narrativa de literatura. A fase de ideação, por sua vez, objetivou organizar as ideias e informações adquiridas nas etapas anteriores para iniciar os procedimentos de aplicação empírica no estudo, os quais permitiram propor modelos concretos para solução do problema de pesquisa. Tratou-se de uma etapa de planejamento macro das ações e instrumentos que subsidiarão as fases posteriores.

O objetivo da quarta fase, a de prototipagem, de caráter empírico e ainda não iniciada na pesquisa em epígrafe, é criar as modelagens conceituais para os termos e os conceitos, redefinindo-os, com linguagem simplificada, para, posteriormente, submetê-las à avaliação dos usuários. Por fim, a etapa de implementação é aquela em que haverá interação direta com os usuários, que poderão testar, avaliar, experimentar e sugerir aprimoramento que, no caso específico deste projeto, é a redefinição dos termos e conceitos com linguagem simples.

Para cumprir as fases da pesquisa, elaboraram-se instrumentos de coleta de dados, que, em sua maioria, foram adaptados da teoria de DT, além de alguns extraídos da própria teoria da ORC, em especial da teoria de modelagem de domínios para a construção de sistemas conceituais. Para facilitar a visualização e o entendimento, o Quadro 1 apresenta um resumo dos métodos ou técnicas utilizados, bem como a(s) etapa(s) em que eles foram ou serão empregados e os instrumentos de coleta de dados para apoio à execução dos procedimentos.

Quadro 1 - Métodos, etapas de aplicação e instrumentos de coleta de dados

Métodos ou Técnicas	Fase(s) de aplicação	Instrumentos de coleta de dados
Pesquisa exploratória e <i>desk</i>	Levantamento exploratório preliminar / Imersão	Textual e quadros
Pesquisa bibliográfica e documental	Levantamento exploratório preliminar / Imersão	Textos, diagramas, quadros
Observação espontânea e	Todas as fases	Textual, diagramas e quadros Todos os instrumentos de coleta de dados

sistemática		
Leitura exploratória e analítica	Levantamento exploratório preliminar / Imersão	Textual, diagramas e quadros
Análise, interpretação e síntese	Todas as fases	Textual, diagramas e quadros Todos os instrumentos de coleta de dados
Jornada da empatia	Imersão	Mapa da empatia
Jornada do usuário	Imersão	Mapas da jornada do usuário; Matriz de observação das TUCNMP
Modelagem conceitual	Ideação / Prototipagem	Mapas conceituais; Fichas terminológicas de coleta de dados e de síntese
Modelagem empírica (prototipagem)	Prototipagem	Mapas conceituais; Fichas terminológicas de coleta de dados e de síntese; Grades de experimentos da modelagem
Entrevista semiestruturada	Implementação	Roteiro de entrevista semiestruturada; Grades de captura de <i>feedbacks</i> ; Grades de experimentos
Análise e síntese dos resultados das entrevistas	Implementação	Grades de captura de <i>feedbacks</i> ; Grades de experimentos; Matriz de observação dos resultados; Textos, diagramas e quadros

Fonte: elaborado pelas autoras (2023): dados da pesquisa.

Alguns desses métodos, técnicas e instrumentos são específicos da literatura de DT, sendo, portanto, pouco ou ainda totalmente desconhecidos na ORC. Na tese, eles são apresentados de forma detalhada.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O objetivo desta seção não é apresentar os conceitos ou descrever a fundamentação teórica da pesquisa de doutorado, mas sim indicar as fontes teóricas e metodológicas que embasam a investigação. A pesquisa fundamenta-se na teoria advinda principalmente das seguintes temáticas: ORC, Linguística, Terminologia, documentação, informação e linguagem jurídicas e movimentos de inovação denominados Linguagem Simples, *Legal Design* e *Visual Law*, além da metodologia DT. O Quadro 2 apresenta o resumo das principais fontes utilizadas para o referencial teórico:

Quadro 2 – Principal fundamentação teórica da tese: por temática

Temática	Principais autores consultados
ORC e as estruturas conceituais	Tálamo; Lara; Kobashi (1992); Cintra <i>et al.</i> (2002); Hjørland (2003, 2007); Dahlberg (1993; 2006); Guimarães <i>et al.</i> (2007); Bräscher e Café (2008); Barité (2011a, 2011b); Lara (2009, 2011, 2015); Carlan; Bräscher (2015); Silva (2015); Torres; Almeida; Simões (2015); Lima; Maculan (2017); Souza (2017); Lourenço; Zafalon; Lopes (2018); Rabello (2020).
Linguística e linguagem e as práticas da ORC	Dahlberg (1978); Cintra (1983); Lopes (1989, 2008); Cintra <i>et al.</i> (2002); Feitosa (2005); Saussure (2006); Tálamo; Lara (2009); Gudumac (2011); Lara (2009; 2011); Silva (2015); Fisher (2018); Lopes (2018).
Terminologia e as práticas da ORC	Cintra (1983); Le Guern (1989); Tálamo; Lara; Kobashi (1992); Cabré (1995, 2005); Faulstich (1995); Barros (2004a); Lara (2004, 2011); Feitosa (2005); Dahlberg (2006); Hjørland (2007); ISO-704 (2009); Tálamo; Lara (2009); Boccato; Carlan; Bräscher (2015); Silva (2015).
Documentação,	Atienza (1979); Passos (1994); Albi (2000); Barros (2004b); Nascimento;

informação e linguagem jurídicas	Guimarães (2004); Passos; Barros (2009); Gudumac (2011); Souza (2017).
Movimentos internacionais de inovação	Kimble (1996-1997); Berman (2000); Balmford (2002); Barboza (2010); <i>United States Government</i> ; (2011); Cutts (2013); Hagan (2015, 2018, 2020, c2022); Brasil (2016); Berger-Walliser; Barton; Haapio (2017); Fischer (2018, 2020); <i>Legal Design Lab</i> (c2022); <i>Stanford University</i> (c2022).
Metodologia DT	Brown (2018, 2020); Vianna <i>et al.</i> (2018); IDEO (2017); Liedtka e Ogilvie (2019).

Fonte: elaborado pelos autores (2023): dados da pesquisa.

Esclarece-se que as fontes supracitadas são apenas alguns exemplos, mais recorrentes na pesquisa em desenvolvimento, não representando uma lista taxativa. Para a fundamentação teórica da pesquisa, selecionou-se as fontes utilizando os critérios de autoridade e atualidade, sempre buscando os principais pontos e contrapontos abordados pelos autores da respectiva área e as principais características e conceitos acerca do tema pesquisado.

4 RESULTADOS PARCIAIS

Considera-se como resultados parciais mais importantes da pesquisa, até o momento:

- a) desenvolvimento da base teórico-conceitual e metodológica, que permitiram conhecer o universo da pesquisa e buscar soluções baseadas em estudos e práticas consolidadas, além de confirmar lacunas teóricas sobre os temas na área de ORC;
- b) definição e caracterização dos grupos de *personas*: informações determinantes para desenhar a metodologia do estudo, criar os instrumentos de coleta de dados e pensar de forma empática, sempre centrada nos usuários dos sistemas, produtos e serviços;
- c) seleção dos termos e conceitos que serão redefinidos e avaliados na fase empírica da proposta de compatibilização da linguagem jurídica com a linguagem simples;
- d) decisão sobre os critérios para seleção das fontes de pesquisa para a fase de modelagem conceitual: reescrita dos termos e conceitos;
- e) início da modelagem conceitual efetiva, que levou à reavaliação dos modelos de mapas conceituais inicialmente desenhados pela pesquisadora, adequando-os às necessidades observadas na prática.

Os resultados iniciais indicam que a metodologia a ser proposta poderá ser aplicada, com adaptações, a outros domínios do conhecimento. Além disso, apontam que a pesquisa oferece contribuições e abordagens inovadoras à ORC, pois discute teorias e metodologias ainda incipientes nessa área.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos de inovação no domínio jurídico ganharam força e visibilidade no Brasil somente na última década, o que pode ser considerado um avanço positivo para os serviços públicos e os cidadãos em geral. Isso, porque eles impulsionam transparência, compreensão, responsabilidade social, cidadania e acesso democrático à justiça e à informação, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária. A pesquisa pretende explorar os benefícios trazidos por esses movimentos de inovação para promover avanços técnicos e sociais nos produtos e serviços de informação jurídica, aumentando a visibilidade da CI e da ORC, bem como a sua interdisciplinaridade com outros campos do conhecimento.

Por meio deste estudo, almeja-se aumentar a eficiência da representação do conhecimento jurídico, contribuindo de forma positiva para a modernização da ORC, acompanhando a evolução tecnológica e social. Defende-se que a pesquisa oferecerá contribuições não apenas ao sistema judiciário brasileiro, mas a todos os órgãos e empresas que queiram fornecer a seus usuários sistemas e instrumentos de representação do conhecimento mais acessíveis e compreensíveis aos cidadãos.

Na presente exposição, optou-se por não discutir conceitos e características sobre a fundamentação teórica tratada ao longo da tese, pois o objetivo, aqui, foi apresentar um resumo esquematizado dos principais pontos que estruturam a pesquisa, tais como o objetivo geral, o problema de pesquisa, o mapa da literatura, a motivação e os primeiros resultados encontrados.

REFERÊNCIAS

ALBI, A. B. ¿Qué se entiende por lenguaje jurídico? *In: ALBI, Anabel Borja. El texto jurídico inglés y su traducción al español.* Barcelona: Editorial Ariel S.A, 2000. cap. 1, p. 11-16. (Ariel Lenguas Modernas).

ATIENZA, C. A. *Documentação jurídica: introdução á análise e indexação de atos legais*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

BALMFORD, C. Plain language: beyond a movement. *In: BIENNIAL CONFERENCE OF THE PLAIN LANGUAGE ASSOCIATION*, n. 4. 2002, Washington, DC.

BARBOZA, E. M. F. A linguagem clara em conteúdos de websites governamentais para promover a acessibilidade a cidadãos com baixo nível de escolaridade. *Inclusão Social*, Brasília, DF, p. 52-66, jul./dez. 2010.

BARITÉ, M. La garantía cultural como justificación en sistemas de organización del conocimiento: aproximación crítica. *Palabra Clave*, La Plata, v. 1, n. 1, p. 2-11, oct. 2011a.

BARITÉ, M. Sistemas de organización del conocimiento: una tipología actualizada. *Informação & Informação*, Londrina, v. 16, n. 3, p. 122-139, jan./jun. 2011b.

BARROS, L. A. *Curso básico de terminologia*. Editora da universidade de São Paulo, São Paulo, 2004a.

BARROS, L. V. Avaliação de fontes de informação para busca de documentos jurídicos na internet: uma reflexão à luz das cinco leis de Ranganathan e dos critérios de acessibilidade. *Cajur - Cadernos de Informação Jurídica*, Brasília, v. 6, n. 1, p. 222-233, jan./jun. 2019.

BARROS, L. V. Fontes de informação jurídica. *In: PASSOS, Edilenice (org.). Informação jurídica: teoria e prática*. Brasília: Thesaurus, 2004b, p. 201-225.

BERGER-WALLISER, G.; BARTON, T. D; HAPIO, H. From visualization to *Legal Design*: a collaborative and creative process. *American Business Law Journal*, [s.l.], v. 54, n. 2, p. 347-392, Summer 2017.

BERMAN, D. *Toward a new format for canadian legislation: using graphic design principles and methods to improve public access to the law*. [s.l.]: Human Resources Development Canada; Justice Canada, 2000. 41 p. (Pilot Project).

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB)*, 9., 2008, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Ancib, 2008.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. *GESPÚBLICA: Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização: fugindo do “burocratês”: como facilitar o acesso do cidadão ao serviço público*. Brasília: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2016. 11 p.

BROWN, T. *Design thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias*. Tradução de Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018. 298 p. (e-book).

BROWN, T. *Design thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias: as lições da IDEO para potencializar a inovação e conduzir sua empresa ao sucesso*. Tradução de Cristina Yamagami e Carolina Gaio. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020. 285 p. (e-book).

CABRÉ, M. T. La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 24, n. 3, 1995.

CABRÉ, M. T. La Terminología, una disciplina en evolución: pasado, presente y algunos elementos de futuro. *Debate Terminológico*, [Porto Alegre], v. 1, 2005.

CARLAN, E.; BRÄSCHER, M. Fundamentos teóricos para elaboração de sistemas de organização do conhecimento. In: BAPTISTA, D. M.; ARAÚJO JÚNIOR, R. H. (org.). *Organização da informação: abordagens e práticas*. Brasília, DF: Thesaurus, 2015, p. 135-158.

CINTRA, A. M. M. Elementos de linguística para estudos de indexação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 5-23, 1983.

CINTRA, A. M. M. *et al. Para entender as linguagens documentárias*. 2. ed. São Paulo: Polis, 2002.

CUTTS, M. *Oxford guide to plain english*. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, v. 1, 2013. 288 p.

DAHLBERG, I. Knowledge Organization: a new science? *Knowledge Organization*, v. 33, n. 1, 2006.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: its scope and possibilities. *Knowledge Organization*, Frankfurt, v. 20, n. 4, p. 211-222, 1993.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978. Tradução do Prof. Astério Tavares Campos (UNB).

EUROPEAN COMMISSION. *Powering european public sector innovation: towards a new architecture report of the expert group on public sector innovation*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2013. 60 p.

FAULSTICH, E. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 24, n. 3, 1995.

FEITOSA, A. L. G. *A integração entre sistemas legislativos, terminologia e web semântica na organização e representação da informação legislativa*. Brasília, 405 f., 2005. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

FISCHER, H. *Clareza em textos de e-gov, uma questão de cidadania*. Rio de Janeiro: Com Clareza, 2018. 84 p.

FISCHER, H. Primeiros passos para uso de Linguagem Simples. Escola Nacional de Administração Pública. Rio de Janeiro: Comunica Simples, 2020. Curso (8 h.).

GUDUMAC, I. *Da dificuldade de traduzir textos jurídicos: um enfoque funcionalista*. Lisboa, 115 f., 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos Ingleses e Americanos) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

GUIMARÃES, J. A. C. *et al.* Los valores éticos en Organización y Representación del Conocimiento (ORC). *In: LA INTERDISCIPLINARIEDAD y la transdisciplinariedad en la organización del conocimiento científico: Actas del VIII Congreso ISKO-España*. León: Universidad de León, 2007, p. 77-89.

HAGAN, M. *Legal Design as a thing: a theory of change and a set of methods to craft a human-centered legal system*. *MIT Design issues: the rise of Legal Design*, Cambridge, v. 36, n. 3, p. 3-15, 2020. Special issues.

HAGAN, M. *Open law lab: a blog by Margaret Hagan*. *Stanford*, c2022. Disponível em: <https://www.openlawlab.com/>. Acesso em: 4 jan. 2022.

HAGAN, M. *Plain language & Legal Design*. *Open law lab: a blog by Margaret Hagan*. *Stanford*, 2015. Disponível em: <https://www.openlawlab.com/2015/02/09/plain-language-legal-design/#>. Acesso em: 24 jan. 2022.

HJØRLAND, B. Fundamentals of Knowledge Organization. *Knowledge Organization*, v.30, n.2, p. 87-111, 2003.

HJØRLAND, B. Semantic and knowledge organization. *Annual Review of Information Science and Technology (ARIST)*, v. 41, n. 1, p. 367-405, 2007. Cap. 8.

IDEO Global Libraries. *Design thinking para bibliotecas: um toolkit para design centrado no usuário*. Tradução: Adriana Maria de Souza. FEBAB: São Paulo, 2017.

ISO - INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. *ISO 704: terminology work: principles and methods*. 3. ed. Genebra: ISO, 2009.

KIMBLE, J. Writing for dollars, writing to please. *The Scribes Journal of Legal Writing*, [s.l.], p. 1-38, 1996-1997.

KOBASHI, N. Y; SMIT, J. W; TÁLAMO, M. F. G. M. A função da terminologia na construção do objeto da Ciência da Informação. *Datagrama zero*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, abr. 2001.

LARA, M. L. G. Conceitos de organização e representação do conhecimento na ótica das reflexões do Grupo TEMA. *Informação & Informação*, Londrina, v. 16, n. 3, p. 92-121, jan./jun. 2011.

LARA, M. L. G. Linguagem documentária e terminologia. *Transformação*, Campinas, v. 16, n. 3, p. 231-240, set./dez. 2004.

LARA, M. L. G. *Linguística documentária: seleção de conceitos*. São Paulo, 183 f., 2009. Tese (Concurso de habilitação à livre-docência da Escola de Comunicação e Artes) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LARA, M. L. G. Propostas de tipologias de KOS: uma análise das referências de formas dominantes de organização do conhecimento. *Encontros Bibli: rev. eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, v. 20, n. esp., p. 89-107, fev. 2015.

LE GUERN, M. Sur les relations entre terminologie et lexique. *Meta*, Montreal, v.34, n.3, p.340-343, sept. 1989.

LEGAL DESIGN LAB. *Stanford Legal Design lab. Legal Design Lab: a new generation of legal services & leaders*. Stanford, c2022.

LIEDTKA, J.; OGILVIE, T. *A magia do design thinking*. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2019. 226 p. (e-book).

LIMA, G. A. B. O.; MACULAN, B. C. M. S. Estudo comparativo das estruturas semânticas em diferentes sistemas de organização do conhecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 46, n. 1, p. 60-72, dez. 2017.

LOPES, E. A linguística saussuriana: uma teoria contextual e não-representacional da significação. *Alfa: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 33; p. 1-7, 1989.

LOPES, Edward. *Fundamentos da linguística contemporânea*. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

NASCIMENTO, L. M. B.; GUIMARÃES, J. A. C. Documento jurídico: a ótica da diplomática. In: PASSOS, Edilenice (org.). *Informação jurídica: teoria e prática*. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 33-77.

PASSOS, E. O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 23, n. 3, p. 363-368, set./dez. 1994.

PASSOS, E.; BARROS, L. V. *Fontes de informação para pesquisa em direito*. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

RABELLO, R. Apontamentos sobre a dimensão social e disciplinar do processo de organização do conhecimento. In: ALBUQUERQUE, Ana Cristina de; ARAKAKI, Ana Carolina Simionato (org.). *Questões teórico-epistemológicas para a Ciência da Informação: possibilidades e contribuições*. Ijuí: Unijuí, 2020, p. 45-60.

SANO, H. *Laboratórios de inovação no setor público: mapeamento e diagnóstico de experiências nacionais*. Brasília: ENAP, 2020. 45 p. (Cadernos ENAP; 69).

SAUSSURE, F. Curso de linguística geral. 27. ed. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye, com a colaboração de Albert Riedlinger; tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, A. G. *Informação legislativa ao alcance do cidadão: contribuição dos sistemas de organização do conhecimento*. Escola de Comunicações e Artes, 229 f., 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SOUZA, S. T. *Modelagem de domínios em Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC): uma investigação em tesouros e ontologias para a informação legislativa*. Escola de Ciência da Informação, 327 f., 2017.

STANFORD UNIVERSITY. *The Legal Design Lab*. Stanford Law School. Stanford, c2022. Disponível em: <https://law.Stanford.edu/organizations/pages/legal-design-lab/>. Acesso em: 4 jan. 2022.

TÁLAMO, M. F. G. M.; LARA, M. L. G. Interface entre Linguística, Terminologia e Documentação. *Brazilian Journal of Information Science*, v. 3, n. 2, p. 58-74, jul./dez. 2009.

TÁLAMO, M. F. G. M.; LARA, M. L. G.; KOBASHI, N. Y. Contribuição da terminologia para a elaboração de tesouros. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 21, n. 3, p. 197-200, set./dez. 1992.

UNITED STATES GOVERNMENT. *Federal plain language guidelines*. Washington, DC: Plainlanguage.gov, 2011. 117 p.

VIANNA, M. *et al. Design thinking: inovação em negócios*. 2. ed. Rio de Janeiro: MJV, 2018.